



Diversidade, contato e ecologia linguística: Uma aproximação a partir da complexidade sociocognitiva¹

Albert Bastardas BOADA²

Resumo

A perspectiva ecológica para os estudos linguísticos vem se mostrando eficaz, principalmente nos estudos sobre a diversidade e o contato de línguas, já que nos leva a uma ampliação teórica e conceitual no âmbito desta ciência e também ao aumento da consciência social quanto à preservação, aceitação e normalização da diversidade linguística dos humanos. Neste artigo, após ser apresentada a perspectiva ecológica para a linguística, serão discutidos os aspectos multidimensionais para a análise do contato de línguas, estando relacionados com a temática do sociocognitivismo, da dinamicidade e processualidade, oferecendo, desta maneira, uma visão integradora para os estudos linguísticos que é a da ‘diversidade linguística’.

Palavras-chave: Contato de línguas; Ecologia; Ecologia de línguas; Diversidade; Multidimensionalidade.

Abstract: The ecological perspective in language studies has been shown to be highly productive, above all in the when diversity and language contact is concerned. It implies a theoretical and conceptual widening of the social awareness concerning preservation, acceptance and normalization of linguistic diversity among humans. In this article I will discuss the multidimensional aspects of language contact – after the presentation of the ecological perspective

¹ Este texto está baseado na conferência “Ecologia linguística: uma aproximação a partir da socio)complexidade”, apresentada a convite da Universidad de Cádiz (Espanha) no contexto das XIV Jornadas de Linguística. Este texto faz parte também de *O paradigma ecológico para as ciências da linguagem: Ensaio ecolinguísticos clássicos e contemporâneos*. Goiânia: Editora da UFG, 2015, organizado por Hildo do Couto, Elza do Couto, Gilberto Araújo & Davi Albuquerque.

² Fez um mestrado (1981) e um doutorado (1986) na Universidade da Catalunha e outro doutorado na Universidade de Laval, em Quebec (1985). É professor catedrático de sociolinguística e política linguística na Universidade de Barcelona. Seu interesse por língua e ecologia tem a ver com a necessidade de desenvolver modelo sócio-cognitivos para a vida, a evolução e a morte de línguas, da perspectiva da teoria da complexidade. Ele tem investigado a desigual convivência do seu catalão nativo com o oficial espanhol. Suas áreas principais de pesquisa incluem sociolinguística catalã, contato de línguas e dinâmica sociolinguística, sustentabilidade linguística, normatização linguística, mudança de língua (language shift), bi-/multilinguismo, diversidade linguística e complexidade. Um de seus livros individuais mais conhecidos é *Ecologia de les llengües: Medi, contacte i dinàmica sociolingüística* (1996), publicado em catalão. Organizou a coletânea *Diversitats: Llengües, espècies i ecologies* (2004). Em colaboração com Emili Boix, organizou também *Un estado, una lengua: La organización política de le diversidad lingüística* (2014), em espanhol.

in linguistics –, including the sociocognitive viewpoint, dynamicity and processuality. All this in an integrative framework for language studies, leading to ‘language diversity’.

Key - words : Language contact; Ecology; Language ecology; Diversity; Multidimensionality.

1. Introdução: a perspectiva ecológica

Uma das perspectivas que de forma mais intuitiva oferecem a possibilidade de tratar contextualmente e multidimensionalmente um determinado fenômeno é a ecologia. Aplicada prioritariamente a fatos biológicos, este tipo de pensamento foi se estendendo a outros campos e a outras problemáticas, pela contribuição sistêmica e dinâmica para entender as inter-relações que se dão em um conjunto determinado. Assim, hoje falamos de ‘ecologias’ da mente, da educação, da cultura etc.

É igualmente atrativo aplicar esta perspectiva aos fenômenos linguísticos, e, mais concretamente, aos caracterizados pelo contato entre idiomas e/ou sociedades distintas. A perspectiva ecológica nos permite tratar de distintos fatores em jogo, suas interações, suas emergências, e suas evoluções no tempo. Já em 1971 o linguista norte-americano de origem norueguesa Einar Haugen propôs o termo ‘*ecology of language*’, chamando a atenção fundamentalmente para a incorporação do ‘meio’ ou ‘contexto’ [*environment*] nos estudos linguísticos (vid. Haugen, 1972). Igualmente William F. Mackey, de Quebec, em 1979, impulsionou também esta aproximação, já a aplicando mais explicitamente ao estudo do contato linguístico.

A analogia mais simples era a que propunha tomar (metaforicamente) os sistemas linguísticos como ‘espécies’ socioculturais, definir as características de seus contextos e colocá-los em movimento para ver suas inter-relações e evoluções. Aqui se podiam aproveitar todas as semelhanças do contato e a competência entre as espécies que a ecologia biológica já havia se ocupado de identificar. Línguas territoriais e invasoras, línguas depredadoras e depredadas, nichos ecológicos, mudança e evolução, sobrevivência e adaptação, ecologias restauradoras etc., eram conceptualizações que, como se vê, podiam ocorrer em muitas possibilidades de interação nos casos de contato linguístico mais assimétrico quanto à relação de forças dos idiomas envolvidos no contato (Bastardas, 2003a).

Esta transposição de ideias e conceitos da ecologia biológica para a ecologia linguística não somente concretizou-se nos âmbitos mais acadêmicos, mas chegou também aos espaços de conflito e reivindicação entre grupos majoritários e/ou dominantes e minoritários e/ou subordinados. À medida que a consciência geral sobre a proteção das espécies biológicas foi avançando, a analogia com as ‘espécies linguísticas’ foi também crescendo, e a defesa da conservação da

linguodiversidade avançou paralelamente (ainda que sempre em menor medida) com a da biodiversidade. Se havia consenso social na adoção de políticas a favor da preservação da diversidade biológica, por que não tinha que havê-las para proteger a diversidade linguística? Não é de estranhar-se, pois, que os grupos mais ativos na defesa de suas línguas e, no plano internacional, os linguistas e as associações mais comprometidas com esse discurso, favorecessem a adoção desse paradigma ecológico de inspiração biológica para apoiar reclamações e legitimar direitos, e ao mesmo tempo, como paradigma inovador e sugestivo para compreender melhor os processos sociolinguísticos (Bastardas, 1996 e 2013; Mühlhäusler, 1996; Junyent, 1998; Fill e Mühlhäusler, 2001; Mufwene, 2001; Terborg, 2006; Comellas, 2011).

Sendo assim as coisas, podemos constatar que, ainda que muito entrelaçadas, há duas correntes ‘ecolinguísticas’, sendo que uma enfatiza talvez mais a vertente teórica e de compreensão científica dos fenômenos, enquanto a outra está mais orientada para o plano sociopolítico e ideológico, favorecendo a extensão da ideologia conservacionista e a intervenção pública para a proteção da diversidade linguística. Enfim é algo semelhante ao que pode ocorrer também no campo bioecológico, onde as preferências na divisão do trabalho podem dar lugar à distinção entre a ênfase mais puramente ‘ecológica’ e o mais inclinado para o ‘ecologismo’, ainda que não seja estranho que sejam os mesmos autores, os que, às vezes, se situem em um ou outro lado. Seja como for, a aplicação da perspectiva ecológica sobre a diversidade e o contato linguísticos nos é útil, já que nos leva uma ampliação teórica e conceitual e, ao mesmo tempo, também ao aumento da consciência social quanto à preservação, aceitação e normalização da diversidade linguística dos humanos.

2. Uma aproximação a partir da complexidade sociocognitiva

Ainda que a inspiração inicial para a formulação de uma ecologia linguística viesse mais diretamente da ecologia desenvolvida fundamentalmente a partir do campo biológico, dada a fácil analogia entre ‘língua’ e ‘espécie’, é evidente que os códigos linguísticos humanos são fenômenos muito distintos dos conjuntos de indivíduos biológicos. Isso me levou a explorar formulações provenientes de outras disciplinas que nos pudessem ajudar em uma conceptualização talvez mais adequada aos fenômenos linguísticos que a puramente inspirada na bioecologia. Aqui descobri que nos achávamos em um ponto de cristalização de um novo (quase) paradigma, mais holístico, que nos ia oferecer a oportunidade de enriquecer e ampliar as perspectivas e as conceptualizações. Um interessante movimento transdisciplinar ia tendo lugar para ir além da teoria de sistemas, que já havia sido proposta anteriormente, para chegar ao que se chamaria atualmente ‘ciências da complexidade’, impulsionadas a partir de muitos ângulos diferentes e com a aspiração de oferecer perspectivas e ferramentas teóricas e metodológicas mais adequadas para muitos fenômenos complexos, ainda pendentes de compreensão científica (Bastardas, 1999 e 2003b).

Assim, a ecologia biológica, ainda que mais desenvolvida e aplicada, não era a única possível. Em 1972 Gregory Bateson intitula *Steps to an ecology of mind* uma recopilação de seus trabalhos, na qual desenvolve um interessantíssimo pensamento de inspiração cibernética para avançar na compreensão da mente e da comunicação humanas. De fato, esta obra está na base de novas contribuições posteriores, como reconhece o físico Fritjof Capra nas páginas iniciais de seu *The Turning Point*, publicado em 1982, de grande interesse para a aplicação da perspectiva aos planos humanos. Outro físico com quem Capra dialoga é David Bohm, já que suas contribuições irão também na direção de “compreender a natureza da realidade em geral, e a da consciência em particular, como um todo coerente, o qual nunca é estático nem completo, mas é também um processo interminável de movimento e desdobramento”, para o qual necessitamos “um novo conceito do mundo que não seja fragmentário” (Bohm, 1987: 9, 12).

Porém não serão somente os físicos que estarão impulsionando a renovação das teorizações; no âmbito das ciências sociais e humanas há vozes qualificadas que mostram como é necessário avançar na renovação do pensamento para poder apreender nossos fenômenos em toda sua integridade e multidimensionalidade inter-relacionadas, incorporando-os na sucessão temporal dos acontecimentos. O sociólogo judeu-alemão Norbert Elias propõe uma sociologia ‘figuracional’ e processual que, a partir de uma nova conceptualização integrada das sociedades humanas, possa explicar as interações existentes entre as distintas dimensões da realidade. Elias (1990) se adianta na teorização do que hoje, a partir da perspectiva da complexidade, chamaríamos fenômenos ‘emergentes’, isto é, aqueles que desenvolvem novas propriedades e estruturas a partir da combinação de elementos constituintes que não as possuem em absoluto em sua individualidade. Elias, em minha opinião, é clarividente e já nos adverte que “the nature of language cannot be properly explored by a type of psychology which is centred on the individual. Nor does it fit into the main stream of sociology which so far neglects the paradigmatic information which the complex 'knowledge, language, memory and thought' requires”, pelo que “sooner or later it will become necessary to examine critically the presently ruling division of labour among human or social sciences” (Elias, 1991: 5).

Nesta construção de uma perspectiva (socio)ecológica da linguagem me acompanha, talvez inclusive mais intimamente, outro autor que será para mim de cabeceira. O pensador judeu-francês de origem sefardi Edgar [Nahoum] Morin não somente está na mesma linha que os autores citados até agora, mas também que empreende uma tarefa ingente de propor um novo método para poder pensar a complexidade do mundo. Dada sua procedência do campo antrope-sociológico, extrai (e desenvolve) das outras disciplinas que já estavam em evolução conceptualizações plenamente adequadas para dar motivo a novas compreensões dos fenômenos humanos, certamente os mais complexos da existência. Morin propugna por um ‘pensamento complexo’, para mudar as formas habituais de conceptualização e fazê-las mais capazes de apreender o entrelaçamento imbricado e

holográfico dos elementos que intervêm na configuração de nossa existência. Na citação que abre minha *Ecologia de les llengües*, de 1996, se concentra sua visão integrada do fenômeno linguístico: “La langue vit comme un grand arbre dont les racines sont aux tréfonds de la vie sociale et des vies cerebrales, et dont les frondaisons s’épanouissent dans la noosphère” [“A língua vive como uma grande árvore que tem as raízes nas profundezas da vida social e das vidas cerebrais, e cuja folhagem floresce na noosfera”].

É assim, pois, neste clima intelectual, que trato de extrair principalmente das distintas contribuições dos autores mencionados, porém também de outros muitos igualmente interessantes que não posso detalhar agora, os materiais para construir uma ecologia socio-cognitiva e dinâmica capaz de poder explicar as condicionantes do comportamento linguístico humano e de suas evoluções históricas. Imerso já na perspectiva da complexidade aplicada aos fenômenos socioculturais, parto de suas contribuições mais interessantes naquele momento: a) a centralidade do cérebro/mente, b) a auto-organização, c) a emergência, d) a causalidade circular, retroativa e recursiva (vs. linear), e) o caráter ecossistêmico e holográfico da realidade, que implica que não somente a parte está no todo, mas que o todo também ‘está’ na parte, e, f) a processualidade e dinamicidade da realidade (Bastardas, 1999). Esses princípios estão por trás da proposta inicial ecológica para o estudo do contato linguístico, que toma forma prática em uma imagem multinivelada e dinâmica capaz de incluir as distintas dimensões que sustentam a atividade linguística humana e suas inter-relações, a fim de poder compreender muito melhor os condicionantes do comportamento linguístico e de suas evoluções históricas.

3. Uma visão multidimensional e integradora para o estudo do contato linguístico

Para expressar este modelo ecossistêmico, multidimensional e dinâmico, podemos utilizar metaforicamente a imagem de uma partitura orquestral ou polifônica, em que cada pentagrama expresse uma das dimensões participantes no ecossistema de determinação do comportamento linguístico. Este modelo nos permite plasmar os distintos níveis da realidade em que vivem as línguas, suas inter-relações, e sua existência ineludível no tempo, através do qual mudam, se expandem ou desaparecem (Bastardas, 1996). O modelo começa em sua base com o *cérebro/mente*, elemento ineludível em qualquer ciência sociocultural, ainda que esquecido durante muitas décadas. É no cérebro onde acharemos as bases potenciais de desenvolvimento das competências linguísticas, cognitivas e comunicativas, e de configuração das representações, ideias, socio-significados e emoções que os indivíduos sustentarão sobre as próprias formas linguísticas e seus usos sociais.

Em um segundo pentagrama, devemos incluir a *interação* dos cérebros/mentes, dado que é em sua exposição e inter-relação mútuas onde ocorre sua auto-co-construção a partir dos materiais

existentes na cultura previa dos interagentes. É nesse nível, ademais, que deverão negociar-se e formular-se auto-organizadamente as rotinas conversacionais, as seleções das variedades a usar, as normas sociais próprias de cada tipo de interação, a expressão dos estados anímicos mútuos etc. Isto é, não só atuarão e tomarão forma aqui as predisposições cerebrais prévias, mas também *emergirá* uma nova realidade não presente no nível anterior: a *organização* da interação.

Um terceiro nível deverá recolher os fenômenos produzidos em torno da *grupalidade*. Nós humanos não somente nos relacionamos um a um mas também construímos redes de relação mais ou menos numerosas podemos nos identificar com distintos conjuntos caracterizados por determinados elementos socioculturais, econômicos, políticos etc. Nosso cérebro/mente nos permite categorizar-nos segundo esses diversos parâmetros, e essas categorizações podem influir nos modos de nossa interação linguística. Se nos cremos ‘x’, e, grupalmente, está estabelecido que ‘x’ sustenta um determinado tipo de relação com o ‘y’, enquanto ‘x’ ‘deveremos’ seguir esse tipo de relação em nossas interações com o ‘y’, e eles igualmente. Neste plano, pois, se refletem as assimetrias de poder político, econômico, cultural, linguístico, ideológico etc., provenientes das distintas configurações das sociedades humanas. E tudo isto terá repercussões nos aspectos linguísticos, com o surgimento de identidades coletivas ligadas ao uso de determinadas variedades, estilos, de conversações de dependência grupal, falas adscritas a distintas posições sociais, representações específicas sobre o estado das relações intergrupais, formas verbais diferenciadas segundo sua distribuição espacial etc. Também será aqui, nos grupos profissionais e laborais que formamos, onde serão criadas variedades funcionais próprias de cada setor, registros concretos para usos especializados etc. Quando falamos, pois, não somente fala um indivíduo, mas fala também um (sub)conjunto social determinado.

No mundo contemporâneo faz-se necessário introduzir também um pentagrama dedicado às tecnologias da *comunicação de massas*. A presença desses conglomerados na vida pública é cada vez mais intensa, e, sobretudo porque a internet, de certa forma contribui para ‘democratizar’ mais a comunicação coletiva, dado que agora todos podemos ser potencialmente emissores de mensagens, o impacto dos grandes grupos midiáticos continua sendo muito importante. No plano das formas linguísticas, os grandes emissores devem escolher suas variedades e modelos, os quais poderão ter uma influência importante sobre os outros níveis na medida em que os indivíduos lhes outorguem uma sobrevalorização socio-significativa. As variedades, pois, usadas nos grandes meios podem atuar de modelos sociolinguísticos e, dada sua ubiquidade, entrar em contato com os modelos vernáculos existentes, aos quais podem substituir (em parte ou totalmente de forma gradual) se se produz cognitivamente ao mesmo tempo uma subvalorização das formas linguísticas populares. Igualmente importante pode ser sua influência sobre as próprias ideologias linguísticas das pessoas, já que necessariamente veicularão discursos favoráveis ou antagônicos a respeito do valor e a

conveniência ou não da diversidade linguística das sociedades humanas, que podem chegar a influenciar na conduta dos indivíduos, e que podem ser trasladados a suas interações comunicativas.

Outro pentagrama (o último na minha proposta, ainda que se possa admitir a adição dos que se acreditam convenientes) é o do *poder político*. Trata-se certamente de um pentagrama em si ‘polifônico’, já que os poderes públicos atuais têm autoridade e influenciam sobre vários aspectos sociais, como na própria organização territorial do poder político-administrativo, o sistema econômico, os centros educacionais, os meios de comunicação públicos, a saúde, os transportes etc. Em muitos casos, de fato, o poder político é o grande regulador legal das formas linguísticas e suas funções, e, por conseguinte, com uma grande repercussão potencial sobre o fenômeno linguístico geral nas sociedades contemporâneas. O Estado é o organismo habitualmente encarregado de decidir sobre sua própria organização linguística através da adoção de uma ou mais línguas ‘oficiais’, fato que terá uma grande influência nos socio-significados positivos que as pessoas incorporarão às variedades linguísticas que sejam consagradas como tais e, por contraposição, nos negativos para as que não o sejam. A língua ou línguas oficiais levarão consigo a obrigação de ser compreendidas e usadas pelos cidadãos em suas relações com os organismos públicos, o que favorecerá enormemente a extensão social da variedade ou variedades escolhidas como oficiais. O caráter oficial de um idioma fará com que seja habitualmente usado não só nas entidades administrativas públicas, mas também nas privadas, já que muito frequentemente será a única variedade normativizada explicitamente e conhecida pela totalidade da população, o que a converte em meio idôneo de comunicação social. Ocupará habitualmente a maioria das funções no sistema educativo, e se facilitará à população seu conhecimento oral e escrito, fundamentado na modalidade padrão oficialmente sancionada pelo organismo acadêmico competente.

A complexidade da organização política, ademais, pode aumentar no caso de reconhecimento oficial de mais de uma língua por parte dos poderes públicos. Nesse caso deverão articular-se os princípios sobre os quais o uso será baseado, ou seja, se seu uso oficial será igual em todo o território de soberania estatal para todos os idiomas presentes, se cada um será restrito ao seu território histórico e atuará ali de forma exclusiva ou não, se haverá ou não alguma das línguas que faça a função de língua franca entre todos os grupos linguísticos etc. Muitas dessas situações de multilinguismo oficial ocorrem no âmbito de uma distribuição composta do poder político, com a finalidade de acomodar mais adequadamente a diversidade cultural e/ou identitária de suas populações. Assim, nestes estados, a jurisdição sobre as diversas matérias se encontra dividida entre distintas instituições políticas subestatais (de tipo confederal, federal, autonômico, etc.) com o qual inclusive aumenta mais a possibilidade de soluções distintas, quanto às funções das línguas, nos diferentes níveis de governo, segundo suas situações sociolinguísticas e as ideologias predominantes.

Postulamos, conseqüentemente, que o comportamento linguístico dos indivíduos estará influenciado e codeterminado pela inter-relação de todas essas dimensões, com o que se faz

imprescindível a adoção de perspectiva ecológica ou complexa para poder explicá-lo. O modo como um indivíduo fala estará condicionado por suas potencialidades cerebrais, por como se inter-relaciona com os outros indivíduos com os que esteja em contato, por como estes outros indivíduos se inter-relacionam linguisticamente entre si, pelos conjuntos de pertencimento (socioeconômico, étnico, profissional etc.) dos mesmos, pelos usos linguísticos ‘institucionalizados’ (ou seja, formais) com que se encontre no sistema escolar e nos meios de comunicação, os quais dependerão habitualmente de decisões políticas no âmbito dos princípios constitucionalmente estabelecidos. Nesse contexto de influências transversais, as pessoas, como sistemas adaptativos complexos que são, desenvolverão suas competências, representações e socio-significados linguísticos e adotarão os comportamentos que acreditem ser mais apropriados a cada situação e função, o que levará, como veremos à continuação, à manutenção histórica de algumas formas ou a sua mudança ou abandono.

4. Dinamicidade e processualidade

Se na partitura com diversos instrumentos que metaforicamente desenhamos, todos tocam a mesma melodia, ou com acordes harmônicos e apropriados, tenderá a produzir-se uma continuidade básica das formas linguísticas que os indivíduos usarão quotidianamente, ainda que em sua evolução histórica ir-se-ão registrando mudanças graduais (e frequentemente muito pouco conscientes) que, ao longo dos séculos, podem chegar a oferecer uma imagem bastante distinta do código em questão. Um dos mecanismos fundamentais nesse fato é o da substituição intergeracional das populações humanas. Dado o caráter finito de nossa existência, porém com a possibilidade de engendrar novos seres, com cada novo nascimento abrir-se-á a possibilidade de mudanças nas formas linguísticas, já que se tratará de um novo processo de auto-cossocialização no qual os novos indivíduos podem introduzir inovações linguísticas em suas interações emergentes, com o que a variedade habitual do conjunto pode empreender evoluções insuspeitadas.

Se esses indivíduos, ademais, entram em contato frequente com outros indivíduos que usam formas linguísticas distintas (ou se expõem às mesmas através de meios de tecno-comunicação), essa situação pode levá-los a mesclar formas de um e outro código, nos distintos níveis da estrutura linguística, com o que também podem fomentar-se mais inovações evolutivas que podem levar a um maior grau de mudança linguística. Seja como for, certamente os indivíduos que se expõem a formas linguísticas distintas das suas as perceberão e (ainda que frequentemente a partir da subconsciência) as ‘avaliarão’ quanto aos seus significados sociais, e decidirão adotá-las, modificá-las, ou simplesmente rechaçá-las. Essa avaliação socio-significativa dependerá de outros elementos presentes na situação, como, por exemplo, o status socioeconômico e/ou político adscrito às formas linguísticas, sua consideração simbólica, sua demografia, suas adesões ideológicas etc.

Nos casos de contato linguístico entre variedades pertencentes a sistemas linguísticos distintos, as avaliações socio-significativas (que refletirão as correlações de força entre as distintas dimensões presentes) terão um papel decisivo no rumo que possa adotar a situação. Nos contextos, por exemplo, nos quais ocorrem o contato entre uma variedade oral grupal sem reconhecimento oficial e outra variedade correspondente a uma língua oficialmente instaurada e usada na grande maioria das funções públicas, é muito comum os falantes da primeira considerarem negativamente suas formas linguísticas e terem à outra como variedade prestigiada e cheia de socio-significados positivos. Na maioria desses casos se dão fenômenos de substituição linguística intergeracional, ou seja, de abandono de sua variedade por parte dos pais e de adoção da variedade oficial e/ou prestigiosa para dirigir-se a seus filhos. Nesse momento crucial, na interrupção da transmissão intergeracional, se está em jogo o destino da continuidade ou desaparecimento da diversidade linguística humana.

Observemos que se produziu aqui uma desarmonia importante no ecossistema de manutenção das línguas entre as dimensões caracterizadas pela auto-organização da interação comunicativa e as que são determinadas mais por decisão glotopolítica e/ou econômica consciente. Nas sociedades contemporâneas, a força do Estado, dos poderes econômicos e os midiáticos, pode ser letal para as variedades linguísticas que não tenham sido adotadas como oficiais e/ou que não tenham usos públicos nas funções de maior impacto nas representações e desejos dos indivíduos atuais. Como esse tipo de situações ocorre muito frequentemente, dado o fato de existirem muito menos estados oficialmente multilíngues que idiomas diferentes, nos achamos ante o que vem sendo chamando como a *crise da línguodiversidade*, ante o risco (certo) do desaparecimento da riqueza linguística da humanidade.

Essa situação de ‘desarmonia’ entre as distintas dimensões dos ecossistemas sociolinguísticos é o que leva igualmente à grande maioria de situações similares vividas por grupos imigrantes a ir abandonando seus códigos de origem e a adotar os da sociedade receptora. Arrancados de seu *habitat* histórico, e portanto de um ecossistema com suas dimensões harmônicas de manutenção, as migrações (sempre que não sejam demograficamente superiores aos receptores) tenderão a bilinguizar-se primeiro na língua com que convivam quotidianamente, e, depois, muito possivelmente adotá-la para falar com seus filhos, se consideram que a manutenção da de origem não tem valor econômico nem socio-simbólico. No caso de grupos imigrantes que abandonem totalmente seu *habitat* de origem e que não sigam usando em parte seu idioma intragrupalmente, temos uma perda total da língua, já que tampouco existirão em seu território falantes que a mantenham em funcionamento.

5. Uma nova proposta: a ‘sustentabilidade linguística’

A aproximação ecológica dos fenômenos biológicos e do meio ambiente se enriquecerá no final dos anos 80 do século passado com uma nova perspectiva teórica, muito mais centrada na atuação prática sobre a realidade e na reforma da organização bio-socio-econômica das sociedades humanas desenvolvidas. É assim que o conceito de ‘sustentabilidade’ e o de ‘desenvolvimento sustentável’ alcançam um grande eco mundial na conferência das Nações Unidas realizada no Rio de Janeiro no ano 1992. O conhecido *Relatório Brundtland* (World Commission, 1987) o define como “a forma de assegurar as necessidades do presente sem comprometer as capacidades das futuras gerações de satisfazer as próprias”. Nasce, então, uma filosofia ‘sustentabilista’ que buscaria o desenvolvimento integral do ser humano, com uma contribuição humanista e não puramente economicista do ‘progresso’ social. Contrária ao crescimento pelo crescimento, a filosofia sustentabilista se opõe às sociedades expansivas e dominadoras, e se configura potencialmente como o elemento vertebrador do pensamento pós-colonial e pós-nacional, a partir de uma ótica planetária e universal.

Uma das características fundamentais do sustentabilismo é sua ênfase na salvaguarda do meio ambiente, e adota também, portanto, uma perspectiva ecológica, plenamente coerente com a perspectiva geral de complexidade. Pretende superar a crise ambiental e salvaguardar a biodiversidade e (por que não) a diversidade linguística. Postula uma moral meio-ambiental, já que o fundo do problema, mais que nas disposições legais, radica nas escalas de valores compartilhadas pela sociedade e plasmadas no ordenamento jurídico (Jacobs, 2000: 67). Por isso é necessário um processo de formação de uma nova consciência coletiva, um processo de reflexão e debate socio-ecológico a fim de que a ética da sustentabilidade se assuma como valor próprio da identidade moral do indivíduo contemporâneo e futuro, tudo para que o ‘ecologismo sustentabilista’ impregne a realidade socio-econômico-política geral.

É, de fato, o que já dizia o *relatório Brundtland* anteriormente mencionado, quando afirmava que “no mínimo estrito, o desenvolvimento sustentável significa não por em perigo os sistemas naturais que nos fazem viver: a atmosfera, a água, os solos e os seres vivos”. O grande desafio, portanto, será como conciliar progresso econômico e social sem por em perigo o equilíbrio natural do planeta.

As contribuições do sustentabilismo podem ter, também, um potencial analógico importante para ser transferido ao plano linguístico. Com que nos deparamos se o tentamos? Há também analogias que podem ser aplicadas? Creio que sim, e muito proveitosas. Para começo, fixemo-nos na vontade de juntar ‘contrários’ (pelo menos aparentes) em uma conceptualização integradora e complexa, como é o próprio sintagma ‘desenvolvimento sustentável’. No plano sociolinguístico, nosso debate seria provavelmente sobre nossos ‘contrários’, os quais poderiam ser, por um lado, a expansão glotofágica das grandes línguas e, por outro lado, a manutenção e o desenvolvimento da diversidade linguística humana.

Certamente, as posições existentes tendem a polarizar-se sobre esses dois aspectos. Para uns, é necessário que as populações abandonem suas línguas de origem e adotem unicamente os grandes códigos estáveis ou mundiais de comunicação, a fim de que possam avançar em seu desenvolvimento econômico e cultural. Para outros, a luta é claramente a favor da preservação da diversidade linguística e da preservação das identidades coletivas distintas, tratando-se de um caminho para evitar a pobreza e o anonimato aos quais leva à desorganização do ecossistema tradicional de subsistência, e para conservar o saber popular que cada cultura produziu. À primeira vista podem parecer, pois, perspectivas irreconciliáveis e antagônicas, sem possibilidade de ser integradas e combinadas.

Haveria alguma forma aqui de trasladar os procedimentos e a conceptualização conciliadora da ‘sustentabilidade’, de combinar o conhecimento e o uso das línguas com um maior âmbito comunicativo ao mesmo tempo que a manutenção e a promoção das línguas grupais? Certamente, não é preciso dizer que os partidários da conservação, salvaguarda e desenvolvimento da diversidade linguística nos podemos sentir identificados com os postulados mais gerais e abrangentes da filosofia da sustentabilidade. A partir da perspectiva da pluralidade humana, poderíamos postular com convencimento a necessária fraternidade que teria que existir entre os membros de uma única espécie culturalmente diversa, acabando assim com as relações de dominação e subordinação que ocorrem nas relações entre grupos linguísticos distintos.

Uma perspectiva ecológica e igualitária sobre a diversidade linguística teria, pois, que acabar com as ideologias expansionistas e dominadoras. Por fim à hierarquização valorativa que implica a crença na superioridade/inferioridade linguística é igualmente urgente e justa. Passar à outra fase histórica da humanidade, na qual a visão predominante seja a de reconhecer a dignidade igualitária de todas as línguas e dos grupos linguísticos é, claramente, um objetivo inadiável. Assim, parafraseando a Ramón Folch em uma entrevista sobre a sustentabilidade em geral, poderíamos afirmar que a ‘sustentabilidade linguística’ seria *um processo de transformação gradual do atual modelo de organização linguística da espécie humana, o qual teria o objetivo de evitar que a bilinguização ou políglotização coletiva dos seres humanos tivesse que comportar necessariamente o abandono das línguas próprias dos distintos grupos culturais* (Folch, 1999). Basicamente, a ideologia contrária procederá da relutante tendência humana ao pensamento dicotômico: o preto e o branco, ou uma língua ou outra. Hoje, no entanto, a partir do paradigma da complexidade sabemos que há outras possibilidades. Sabemos que é melhor pensar em termos de ‘e’, e não de ‘ou’ (Bastardas, 2002a).

Assim, o desenvolvimento sustentável não nega o desenvolvimento nem a busca de uma melhora material das sociedades humanas, porém ao mesmo tempo quer a manutenção do equilíbrio ecossistêmico com a natureza, a ‘sustentabilidade linguística’ aceita a políglotização e a intercomunicação entre os grupos e as pessoas, porém ao mesmo tempo reclama a possibilidade da

continuidade e o pleno desenvolvimento dos grupos linguísticos humanos. Assim como na sustentabilidade geral pensamos e agimos com a finalidade de não destruir nosso próprio contexto biosférico e de conservar os recursos naturais dos quais dependemos, na sustentabilidade linguística queremos desenvolver-nos e intercomunicar-nos sem destruir os recursos linguísticos e culturais que nos constituem e nos identificam. Partindo de uma ética sustentabilista, a diversidade dos modos de comunicação dos distintos grupos da espécie é claramente um valor a proteger, e não somente como uma curiosidade ‘antropológica’, mas também pela intrínseca e irrenunciável dignidade das pessoas e sociedades humanas.

A sustentabilidade tem consciência de não romper o equilíbrio dinâmico dos distintos elementos que participam do ecossistema. Por exemplo, Jacobs afirma que “‘sustentável’ se aplica habitualmente à prática de não extrair recursos naturais em uma velocidade mais rápida e ávida que a que necessitam os recursos para renovar-se por eles mesmos” (Jacobs, 2000: 67). Ou Folch, que diz que é necessário “produzir somente o que seja razoavelmente necessário e com o menor número possível de externalizações deformadoras”. Isto é, o objetivo é sempre conservar o equilíbrio fundamental que faz possível a própria manutenção do ecossistema e de seus componentes. Se agora transpomos isso para a sustentabilidade linguística, claramente poderíamos estabelecer princípios como o de usar somente as línguas não próprias dos grupos para tudo aquilo que seja razoavelmente necessário e com o menor custo de funções (ou com a menor distorção de funções) para as línguas próprias. Assim, *o contato linguístico sustentável será aquele que não produza exposição o uso linguísticos em língua alóctona a uma velocidade e/ou pressão (em um grau) tão altos que torne impossível a continuidade estável das línguas autóctonas dos grupos humanos.* Podemos afirmar, então, que *o caráter sustentável de uma bilinguização maciça é dado pela comparação entre o grau de valorização e funções da língua não própria e o da língua própria do grupo. Se o primeiro é menor, o contato maciço e a bilinguização é sustentável. Se é maior, a bilinguização não é sustentável e a língua própria tenderá a degradar-se e poderá desaparecer em umas décadas.*

A sustentabilidade linguística, no entanto, não é um fato puramente linguístico, tal como já foi dito, já que as línguas dependem de seu ecossistema e este pode estar em contínua mudança e receber a introdução de novos fatores. Assim, pois, do mesmo modo que se realizam estudos sobre impacto do meio ambiente ou ecológico, nós também teríamos que poder chegar a estudar o impacto sociolinguístico de medidas econômicas, políticas, educativas, das migrações, das inovações tecnológicas etc. Nos é necessário chegar rapidamente a modelos claros e funcionais dos ecossistemas sociolinguísticos, conhecer as interações entre os distintos elementos, quantificá-las e, na medida do possível, chegar a predições sobre sua evolução e, conseqüentemente, poder propor as medidas adequadas da perspectiva de uma gestão sustentável do plurilinguismo.

Não é necessário esconder que poder chegar a este estado de sensibilidade prática dos poderes públicos a respeito da diversidade linguística implica ainda hoje uma tarefa constante e convencida

no plano político e governamental. Em muitos casos, esses estudos nos levariam a ter que recomendar alterações importantes na distribuição do poder em muitos estados, até há pouco tempo sensíveis à sua diversidade cultural e nacional interna, a fim de poder dar aos distintos grupos linguísticos históricos um grau importante de controle sobre sua própria vida coletiva, do qual não dispõem agora. Por exemplo, a generalização do princípio de *apoio* político (que as decisões sejam tomadas sobre a máxima quantidade de matérias possível em instâncias político-administrativas próximas aos cidadãos) beneficiaria, sem dúvida, a possibilidade desse autogoverno linguístico. Aplicando isso a um *apoio linguístico*, poderíamos postular que *tudo aquilo que possa realizar uma língua local não deveria ser feito por uma língua mais global*, isto é, que, conseqüentemente, a língua de uso mais geral teria que ser a própria do grupo, a mais fraca, exceto para os casos de comunicação exterior, quando assim fosse necessário.

6. Conclusão

É necessário sermos realistas e partirmos do fato de que ainda há muito terreno para percorrer na criação de um desenvolvimento linguístico ecologicamente sustentável, ainda que devamos ser conscientes também de que nos movemos em uma época distinta e peculiar da aventura humana, que pode acrescentar dificuldades para o alcance total dos objetivos que os sustentabilistas se propõem. A era atual se caracteriza, como temos visto, por um aumento exponencial de contato entre os grupos linguísticos e entre as pessoas e as línguas e, portanto, pelo final (ou, em todo caso, a redução considerável) do isolamento ecológico tradicional que favoreceu a manutenção das diferenças linguísticas no interior de uma mesma espécie (Bastardas, 2003). Ao mesmo tempo, a criação de novas identidades de origem estatal supraétnica, a seleção unicamente de poucas línguas com caráter oficial e público, e o papel crescente das grandes línguas de intercomunicação, são fatos que tendem a laborar não a favor da manutenção dos códigos tradicionais, mas também da extensão, amiúde frequentemente abusiva e sem freio, das línguas estatais e internacionais. Ademais, as populações humanas, buscando sua sobrevivência e sua melhora material, saem de seus territórios históricos e se deslocam em direção a outras áreas linguísticas, com a conseqüente desorganização potencial e, em todo caso, reorganização dos ecossistemas que até agora haviam assegurado a existência tanto dos grupos linguísticos que se movem como dos que os recebem.

Pelo contrário, e agora mais do que nunca, aumentam tanto a sensibilidade a respeito da ecologia da diversidade linguística quanto o pensamento a partir da complexidade. Altas instâncias internacionais e governamentais se comprometem, pois, em uma ética de proteção e de solidariedade a respeito dos grupos linguísticos politicamente subordinados e, principalmente, economicamente pouco desenvolvidos. As soluções de estruturação política complexa dos estados, com distribuição do poder em distintas instâncias territoriais, também proliferam e facilitam mais

oportunidades de autocontrole político das populações linguisticamente diferenciadas. Embora ainda falte muito e, pelo caminho, haja línguas em alto perigo de extinção, o avanço em geral, é claro, ainda que demasiado lento e, às vezes, mal entendido pelos grupos dominantes. O paradigma sustentabilista se oferece como horizonte e processo, no caminho de melhora da vida linguística dos humanos, através do desenvolvimento da equidade e a justiça interlinguísticas.

Para poder ter êxito nesta empreitada universal é necessário combater as causas, mais que administrar remédios paliativos. É necessário, claramente, superar a mentalidade das posições políticas conservadoras, as quais creem que a solução é basicamente subvencionar as línguas, para passar à que teriam que adotar as posições mais progressistas e igualitaristas, com base na distribuição adequada das funções das línguas, a fim de conseguir sua sustentabilidade. É preciso alcançar um compromisso duradouro entre os grupos linguísticos (e isso é responsabilidade especial dos grandes grupos, mais que dos médios ou menores) a fim de influenciar eficazmente as causas do abandono das línguas próprias, tendo às pessoas como centro e motivação da ação, e não uma visão puramente ‘antropológica’, de museu ou de ‘reserva’.

Se a distribuição territorial dos grupos o permite, o horizonte ideal é tender ao controle do espaço sociolinguístico próprio por parte de cada grupo linguístico, com a finalidade de poder ir intervindo nele em função da evolução geral do ecossistema sociocultural. É necessário ter presente que, na atual situação tecnoeconômica, o contato e a exposição (ainda que seja por via eletrônica) a outras línguas distintas irá crescendo e poucas populações ficarão à margem dessa realidade. Isso levará a que somente aquelas que possam adotar ações compensatórias e reequilibradoras em seu ecossistema poderão ir se reproduzindo sustentavelmente. Visto o grau e a intensidade das mudanças contemporâneas, existe o risco de que as populações em situação de alta subordinação não possam empreender ações compensatórias ou de recondução de sua evolução, e estejam condenadas, muito provavelmente, a um lento e gradual abandono do uso de seu código. Nosso grande desafio, portanto, será, partindo de uma concepção complexa e fluente da realidade, como em outras ciências e campos da vida, saber “encontrar exatamente quais condições precisas de desequilíbrio podem ser estáveis” (Capra, 1998: 104).

Para terminar, indico simplesmente cinco pontos, que já divulguei em outras partes, porém me parece que são cruciais para poder guiar nossas ações e intervenções em favor da sustentabilidade linguística mundial. É necessário, conseqüentemente:

1. Frear os usos que possam ser abusivos das grandes línguas estatais e de intercomunicação e expandir a ideologia da igualdade e a solidariedade linguísticas;
2. Dignificar a autoimagem dos grupos linguísticos não majoritários subordinados;
3. Permitir que esses grupos linguísticos possam controlar seu próprio espaço comunicativo, regulando autonomamente os usos linguísticos públicos;

4. Distribuir as funções comunicativas, dotando de funções exclusivas ou preferenciais e efetivas aos códigos dos grupos linguísticos em situação de subordinação atual; e,
5. Conscientizar os governos, as empresas e as sociedades em geral sobre a importância de conseguir a sustentabilidade linguística, incitando-os a incorporar de forma habitual os estudos necessários sobre o impacto sociolinguístico em seus processos de tomada de decisão.

Assim, nessa linha de trabalho e esforço pela mudança, das perspectivas complexas da ecologia e a sustentabilidade linguísticas, e com a clara consciência de pertencimento a uma mesma espécie, poderemos conseguir os objetivos que destaca Edgar Morin: “Nós podemos reencontrar e cumprir a unidade do ser humano. [...] Temos que reencontrá-la, não em uma homogeneização que destruiria as culturas mas, ao contrário, através do pleno reconhecimento e o pleno desenvolvimento das diversidades culturais, os quais não teriam que impedir que em níveis mais amplos pudessem ocorrer processos de unificação e de rediversificação” (Morin, 1993: 70).

Referências

BARRETO, A. Nationalism and linguistic security in contemporary Puerto Rico. *Canadian Review of Studies in Nationalism*, XXII, 1-2, 1995, p. 67-74.

BASTARDAS BOADA, A. *Ecologia de les llengües*. Medi, contactes i dinàmica sociolingüística. Barcelona: Proa/Enciclopèdia Catalana, 1996.

_____. Lingüística General y teorías de la complejidad ecológica: algunas ideas desde una transdisciplinariedad sugerente. *Lingüística para el siglo XXI*. Salamanca: Publ. Universidade de Salamanca, 1999, p. 287-294.

_____. Política lingüística mundial a l'era de la globalització: diversitat i intercomunicació des de la perspectiva de la complexitat. *Noves SL. Revista de sociolingüística*. Disponível em: <http://www6.gencat.net/llengcat/noves/>, 2002a. (Há tradução ao castelhano: "Política mundial del lenguaje en la era de la globalización: diversidad e intercomunicación desde la perspectiva de la complejidad". *Dimensión antropológica* 28, 2003, p. 15-41.

_____. The Ecological perspective: Benefits and risks for Sociolinguistics and Language Policy and Planning". In: Fill, Alwin; Penz, Hermine; Trampe, Wilhelm (orgs.). *Colourful Green Ideas*. Berna: Peter Lang, 2002b, p. 77-88.

_____. Ecodinàmica sociolingüística: comparaciones y analogías entre la diversidad lingüística y la diversidad biológica", *Revista de llengua i dret* 39, 2003a, p. 119-148.

_____. Lingüística general: elementos para un paradigma integrador desde la perspectiva de complejidad. *Lingüística en la Red*, n. I. Disponível em: /www.linred.com, 2003b, p. 1-23.

_____. Sociolinguistics: Towards a Complex Ecological View. In: Massip-Bonet, A.; Bastardas-Boada, A. (orgs.). *Complexity perspectives on language, communication and society*. Berlim: Springer, 2013, p. 15-34.

_____; BOIX, E. (orgs.) *¿Un estado, una lengua? La organización política de la diversidad lingüística*. Barcelona: Octaedro, 1994.

BATESON, G. *Steps to an ecology of mind*. New York: Ballantine Books, 1972.

CAPRA, F. *The Turning Point*. New York: Simon and Schuster, 1982.

_____. *La trama de la vida*. Barcelona: Anagrama, 1998.

BOHM, D. *La totalidad y el orden implicado*. Barcelona: Kairós, 1987.

COMELLAS CASANOVA, P. Ecologia lingüística. *Treballs de sociolingüística catalana* 21, 2011, p. 65-72.

ELIAS, N. *La sociedad de los individuos*. Barcelona: Ed. Península, 1990.

_____. *The symbol theory*. London: SAGE Publications, 1991.

FILL, A.; MÜHLHÄUSLER, P. (orgs.). *The Ecolinguistics Reader: A Selection of Articles on Language, Ecology and Environment*. Londres/NovaYork: Continuum, 2001.

FOLCH, R. Una conversa amb Ramon Folch” (entrevista a L. Reales) , *Idees. Revista de temes contemporanis* 2, 1999. Disponível em: <http://www.idees.net/idees>.

HAUGEN, E. The ecology of language", Dil, Anwar S. (ed.). *The Ecology of Language*. Stanford: Stanford University Press, 1972, p. 325-339.

JACOBS, J. *The nature of economies*. Toronto: Random House, 2000.

JUNYENT, C. *Contra la planificació. Una proposta ecolingüística*. Empúries, Barcelona, 1998.

MACKEY, W. F. Toward an Ecology of Language Contact. In: Mackey, W.F.; Ornstein, J. (orgs.). *Sociolinguistic Studies in Language Contact*. Haia: Mouton, 1979, p. 453-460.

_____. The Ecology of Language Shift. In: Nelde, P. H. (org.). *Sprachkontakt und Sprachkonflikt*. Wiesbaden: Franz Steiner Verlag, 1980, p. 35-41.

_____. La ecología de las sociedades plurilingües. In: Bastardas, A.; Boix, E. (orgs.). *¿Un estado, una lengua? La organización política de la diversidad lingüística*. Barcelona: Octaedro, 1994, p. 25-54.

MORIN, E. *La Méthode. 4. Les idées. Leur habitat, leur vie, leurs moeurs, leur organisation*. Seuil, Paris, 1991.

_____. *Introduction à la pensée complexe*. Paris: ESF, 1992.

_____. *Terre-Patrie*. París: Seuil, 1993.

MUFWENE, S. *The Ecology of Language Evolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

MÜHLHÄUSLER, P. *Linguistic Ecology: Language Change and Linguistic Imperialism in the Pacific Rim*. London: Routledge, 1996.

TERBORG, R. La ‘ecología de presiones’ en el desplazamiento de las lenguas indígenas por el español. Presentación de un modelo, *Forum: Qualitative Social Research / Sozialforschung* , IV, 4, 2006. Disponível em: <http://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/167/374>

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. *Our common future*. Oxford/New York: Oxford University Press, 1987.

[Traduzido do espanhol por **Lucielena** Mendonça de Lima]

Recebido: 20/01/2014.

Aceito: 02/04/2015.